

Numa e a Ninfa, um retrato da Primeira República: a obra de Lima Barreto e suas relações com a História

Mariana Ellen Santos Seixas

Mestranda em História
Universidade Federal da Bahia

Resumo:

Este artigo propõe estabelecer, através da análise da obra "Numa e a Ninfa", de Lima Barreto, uma discussão acerca das relações entre História e literatura, destacando as principais características do Rio de Janeiro na República Velha apontadas pelo autor, para mostrar que a verossimilhança literária contribui, dentro das devidas proporções, para a veracidade histórica.

Palavras-chave:

Brasil – República Velha • Rio de Janeiro • História e literatura

Este artigo é dedicado ao Prof. Antônio F. Guerreiro de Freitas, grande incentivador dos estudos de História e Literatura.

História e literatura: um panorama

São diversos os olhos que enxergam a História. São variados os registros que contém observações nítidas e válidas dos contextos vividos. São muitas as ferramentas que auxiliam na compreensão dos fenômenos sociais. Algumas vertentes da historiografia mais recente, partindo deste pressuposto, têm percebido a literatura como um destes instrumentos, como uma fonte de pesquisa, como uma alternativa importante para obter impressões e opiniões sobre o período estudado. Nesta relação dialética, há uma busca pela literatura que estimule o conhecimento da história e que seja seu reflexo, ainda que turvo; e uma história que, despreendida do caráter estático na escrita, seja prazerosa e mais acessível, ultrapassando os altos muros da Academia.

Um relacionamento mais estreito entre História e literatura muitas vezes contrariou profissionais de ambos os lados, por acreditarem que sua identidade estaria ruindo. Os partidários da última queriam garantir a “singularidade do literário e do estético diante das ciências e das outras linguagens e discursos”. Já os historiadores, tremiam de raiva quando línguas ferinas diziam que a História era uma “literatura bem informada”; assim, essa aproximação seria um risco à integridade deste ofício. Ironias à parte, essa concepção já foi, em boa medida, desfeita. Tanto esta como aquela são reconhecidas como formas de conhecimento do mundo, invalidando “tanto as noções puramente estéticas da literatura quanto a idéia da escrita da história como discurso científico de natureza oposta à narrativa”.¹

Nesse sentido, é importante destacar as características particulares destas duas vertentes de análise do real, para demonstrar que, sendo diferentes, podem se complementar. Sandra Pesavento e J. Leenhardt organizaram uma obra fundamental para cumprir este objetivo.² Há a compreensão de que “o historiador parte do fato, fonte, documento, (...) é dependente dos arquivos, dos métodos de pesquisa e dos critérios de cientificidade aplicados a estes”; já o literato não depende de documentação e nem está submetido ao compromisso de “autenticidade das fontes”.³

1 Carlos Vinícius da Costa Mendonça e Gabriela Santos Alves, “Os desafios teóricos da História e a literatura”, *História Hoje*, 1, 2 (2003), disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>, acessado em 24/09/2008.

2 Jacques Leenhardt e Sandra Jatahi Pesavento (orgs), *Discurso histórico e narrativa literária*, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

3 *Ibidem*, pp. 11-12.

Há ainda outro fator importante: a distinção básica entre as narrativas histórica e literária consiste na “modalidade de leitura” que pretendem provocar. Segundo os autores supracitados, “o texto mais radicalmente ficcional é dominado pela categoria da empatia, da identificação”, enquanto que na narrativa histórica há uma certa distância entre “o leitor e o discurso do historiador”. Por fim, outro fator de diferenciação está no fato de os textos historiográficos serem mais fechados à livre interpretação, ao contrário dos textos literários, menos restritivos.⁴

Apresentadas as diferenças, quero chamar atenção para o ponto de convergência existente entre a História e a literatura: ambas têm como objetivo estabelecer “comportamentos e formas de pensar”, utilizando “as estratégias da convicção, da verossimilhança, da credibilidade e da autoridade da fala”; ambas são construtoras de identidades.⁵

Outra pesquisadora que contribuiu para essa discussão foi Zeloí Aparecida dos Santos. Tomando a História e a literatura como “artefatos verbais”, a autora acredita que todo discurso escrito, ficcional ou não, revela uma forma de conhecimento mimético; assim, literatura e história são “gêneros discursivos, mas diferentes, que utilizam recursos narrativos similares com intenções distintas”.⁶

Sidney Chalhoub tem sido um autor de destaque nos estudos de História e Literatura, todavia segue uma outra perspectiva. Sua preocupação mais evidente é interrogar corretamente sua testemunha, sua fonte. Junto com Leonardo Pereira organizou um livro que objetiva “historicizar a obra literária, (...) submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício.” Já que consideram a literatura como um “testemunho histórico”, os autores afirmam que “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada - isto é, situada no processo histórico -, logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada”.⁷

4 Ibidem, pp. 13-14.

5 Ibidem, pp.14.

6 Zeloí Aparecida Martins dos Santos, “História e literatura: uma relação possível”, *Revista Científica da Faculdade de Artes do Paraná*, 2 (2007) . <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloiodossantos.pdf>, acessado em 22 de fevereiro de 2009.

7 Leonardo Pereira e Sidney Chalhoub (orgs), *História contada: capítulos de História Social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

Anos mais tarde, Chalhoub publicou mais um livro voltado para este tema, na tentativa de interpretar “romances de Machado de Assis, em busca de mudanças históricas do período, segundo a visão dele, e conforme a sua intenção, ou o arripio dela”, e também apresentar os resultados da pesquisa sobre o debate, a aprovação e a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871.⁸ Neste trecho, temos explicitada a opinião do autor sobre o posicionamento de Machado de Assis e suas implicações nos estudos históricos:

‘Voltamos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo...’ Ou seja, a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere. A Machado de Assis (...) interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos. A representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente – distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos.⁹

O historiador Nicolau Sevcenko publicou uma obra muito interessante sobre os reflexos das transformações ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX na produção literária, segundo o autor, “mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura”; nesse período, a literatura se dispôs a discutir e a refletir sobre essas transformações; assim, “poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*.” Mostrando uma opinião original, Sevcenko acredita que “o ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor”. Por isso, neste livro o autor mergulha nas trajetórias pessoais de Lima Barreto e Euclides da Cunha, cujas obras são profundamente analisadas ao longo do texto.¹⁰

Enfim, neste tópico inicial pretendi fazer uma abordagem básica de cunho teórico sobre as relações entre História e literatura, mostrando

8 Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

9 *Ibidem*, p. 92-93.

10 Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*, São Paulo, Companhia. das Letras, 2003.

alguns autores que se destacam nesse tipo de iniciativa. Seguirei adiante tratando, de forma sucinta, da vida e obra de Lima Barreto, ambas indissociáveis.

Os observadores de um observador astuto

A República, para muitos, nasceu de um golpe. Deodoro da Fonseca sequer tinha intenção de proclamá-la; era amigo do Imperador. Todavia, a mudança de governo veio devido a circunstâncias diversas. Transformações na economia, com a ascensão de uma elite econômica (cafeicultora), que reivindicava representação política equivalente ao seu status de “mantenedora do Império”; decadência das oligarquias tradicionais (açucareiras); anseio por uma efetiva descentralização do poder, ou seja, autonomia para as Províncias na administração de seus recursos; atuação da classe média emergente, aliada a frações do Exército, na defesa de seus interesses (igualdade jurídica e meritocracia; participação política); são alguns dos elementos envolvidos no processo de Proclamação da República, segundo as novas interpretações historiográficas.¹¹

Passado o êxtase dos primeiros momentos, surgiram as questões a respeito de como lidar com essa nova realidade; como efetivar as mudanças propostas e como atender aos interesses divergentes das novas frações da sociedade que se encontram no poder da República Brasileira. Militares e Oligarquia Cafeeira se encontram num embate acerca de qual a melhor maneira de governar o Brasil, ou melhor: como dividir as atribuições dentro do novo quadro político de maneira que todos saiam satisfeitos?

Esses debates não passam despercebidos. Principalmente aos letrados foi dada a oportunidade de conhecer, ao menos um pouco, as vicissitudes do poder, através dos jornais que circulavam nesse período. A literatura também, aliando o romance aos fatos presenciados ou ouvidos, interpretou este momento. Publicadas aos poucos nesses jornais, as crônicas transmitiam ao leitor um quadro das discussões e uma análise muito particular dos autores acerca das questões que tramitavam na sociedade.

11 Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 4. ed., São Paulo, Editora da Unesp, 1999.

Afonso Henriques de Lima Barreto foi um desses autores, enxergando o Brasil de uma maneira muito própria. Com uma biografia cheia de percalços, não obteve o reconhecimento da sua obra ainda em vida. Assistiu à assinatura da Lei Áurea, quando tinha apenas 7 anos, guardando desse evento grandes recordações. Neste mesmo ano também perdeu sua mãe. Em 1889, com a Proclamação da República, viu seu pai perder o emprego e passar por grandes necessidades. Estudou no Colégio Pedro II, tendo custeado seus estudos, seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto. Almejava ser engenheiro, mas seu pai começou a apresentar problemas mentais, o que o obrigou a deixar o curso e arrumar um emprego no funcionalismo público. Entregou-se à boemia e ao alcoolismo, que o levaram a padecer de graves problemas de saúde. Faleceu em 10 de novembro de 1922 na mesma cidade em que nasceu, Rio de Janeiro.¹²

Os trabalhos voltados para uma análise mais aprofundada da obra de Lima Barreto estão, sobretudo, no campo da crítica literária. Dentre estes, quero destacar o livro de Carmem Lúcia Figueiredo, *Lima Barreto e o Fim do Sonho Republicano*. Neste, a autora frisa que “marcado com o estigma de maldito, o estilo de Lima Barreto vinculou-se à imagem tradicional de satirista, visto (...) como emissor da palavra terrível e ferina, que expunha o distanciamento entre o que deve ser e o que é.” A sátira tornaria sua idéia mais acessível ao grande público: seria o “riso que acompanha as contradições sociais”. É interessante que a autora compara a sátira a uma “caricatura verbal”, em que se procura dar ênfase a uma determinada característica para melhor chamar atenção.¹³ Em suas crônicas em jornais e textos de ficção, Lima Barreto conseguiu expor sua frustração diante do sonho republicano, que significou para ele a destruição de todos os seus projetos particulares, a desestruturação de sua família, um pesadelo, enfim.

A publicação mais recente sobre a obra de Lima Barreto é um conjunto de todas as suas crônicas organizado em dois volumes por Beatriz Resende e Rachel Valença. As autoras fazem questão de lembrar que o objetivo do trabalho é explicitar a íntima relação da crônica com o jornalismo em Lima Barreto: as crônicas serviam como um instrumento de denúncia, de informação, de crítica e de defesa de opiniões. O jornalista tinha como

12 Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto, 1881-1922*, Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, INL, 1981.

13 Carmem Lucia Negreiros de Figueiredo, *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995. Outro trabalho de crítica literária desta autora é *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998.

obrigação se manter atualizado, através da assinatura de diversos jornais e revistas ilustradas, sobre todos os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, no Brasil e no exterior, apesar de ter saído de sua cidade natal pouquíssimas vezes; esse nível de informação foi fundamental para construir o estilo de escrita muito particular que ele desenvolveu e é uma característica inquestionável de sua obra.¹⁴

Apesar de uma história de vida tão conturbada, Lima Barreto é considerado um dos melhores ficcionistas brasileiros de todos os tempos. Seu cenário principal foi o subúrbio do Rio de Janeiro, que conheceu e sentiu como poucos. Escreveu sobre muitos assuntos e, neste trabalho, farei uma análise da obra *Numa e a Ninfa*, publicada pela primeira vez em 1915. Este romance aborda um universo de questões relativas à República brasileira e, a despeito do título, tentarei demonstrar que esta é o verdadeiro protagonista deste livro.

Numa e a Ninfa: prelúdio

*Numa e a Ninfa*¹⁵ começa apresentando um cenário de tensão política. Em decorrência de um projeto de formação de um novo Estado na Federação, o partido dominante, republicano radical, preocupava-se com o fato de, se caso o Estado surgisse, não conseguir sua representação no Senado e na Câmara. Lima Barreto, desde o início, fez questão de identificar os chefes políticos mais influentes, mostrando como se davam as escolhas dos políticos mais dependentes desses chefes. O personagem Bastos, “que tinha o domínio político do país, hesitava em contrariar francamente o projeto”,¹⁶ e, por isso, todos os seus aliados também se mostravam reticentes.

A relação com os militares aparece a todo momento no livro; numa passagem relativa à sua arrogância, certo personagem indaga:

Quem estava garantido em um país dêsses? Quem? O Imperador, um homem bom, honesto, sábio, sem saber

14 Afonso Henriques de Lima Barreto, *Toda Crônica*, Rio de Janeiro, Agir, 2004., v. 1.

15 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, São Paulo, Brasiliense, 1956.

16 *Ibidem*, p. 23.

porque [sic], não foi de uma hora para outra, tocado daqui pelos batalhões? Quem podia contar com o dia de amanhã?¹⁷

No que se refere à participação política, Lima Barreto também faz questão de definir qual o papel de cada segmento da sociedade na vida política do país. As discussões são feitas nos bares, nas casas, entre mulheres (ricas ou pobres), mas a realização política cabe aos “doutores”, aos fazendeiros e aos militares. No que se refere aos direitos civis e políticos, José Murilo de Carvalho afirma que:

Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização.¹⁸

A opinião feminina apresentada por Lima Barreto em *Numa e a Ninfa* é, muitas vezes, a mais inteligente e sensata para o momento, ainda que, no caso das mulheres de elite, sua sagacidade venha de sua ociosidade e seu nível de informação venha das muitas visitas que fazem ao longo do dia. O autor as apresenta bem inteiradas da vida política nacional. No diálogo ente Mme. Forfaible e sua amiga Mariquinhas, surge um comentário acerca da promoção do marido desta última, há muito desejada e nunca realizada. Surgem, também, os burburinhos sobre a próxima candidatura à Presidência, e a usurpação civil dos lugares dos militares.

- Olha, queres saber de uma coisa? O Xisto não vai.
- Corre isso.
- Pois eu te digo que sim. Está tudo preparado... Bastos ainda não deu o sim, mas quem vai é o Bentes.
- Ouviste dizer isto?
- O Manuel não te disse nada?

17 Ibidem, p. 63.

18 José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 45.

- Nada. E o Álvaro?

- Álvaro não diz cousa com cousa, mas ouço as conversas dêles... Quem vai é mesmo o Bentes... Quem fêz a República não foram êles? Então fizeram a República para os outros? Não achas?

- Certamente. Não nos tem adiantado nada. Os paisanos tomaram os lugares, os bons, e nos deixaram os ossos. Uma ova!¹⁹

Um diálogo interessante

Os personagens de Lima Barreto nunca são comuns. Eles sempre carregam consigo as dúvidas quanto à realidade e seus componentes. Usarei como exemplo os dois personagens que discutem acerca da conveniência ou não da Ditadura Republicana no Brasil: Benevenuto e Inácio Costa.

Benevenuto é um *bon-vivant* que não deixa de se informar sobre a situação política do Brasil; é inteligente, mas prefere comentar os acontecimentos sem se associar à política, acerca da qual possuía uma visão interessante:

sentia bem que, ao contrário dos que abraçam qualquer profissão, os políticos não pretendem nunca realizar o que a política supõe, e isto logo ao começarem. Singular e honesta gente! Que se diria de um médico que não pretendesse curar os seus doentes?²⁰

Já Inácio Costa é um funcionário público, positivista e plenamente convicto da eficácia de um governo militar; não sabia definir o que a República significava, apenas acreditava numa “solução militarista” para todos os problemas do Brasil. Num episódio engraçadíssimo do livro, que merece ser transcrito integralmente, Inácio Costa conta a um outro personagem, o estrangeiro Bogóloff, um acontecimento que descreve a maneira “Floriano Peixoto” de governar:

- Quê fez Floriano?

- Não sabe? Foi o maior estadista que já tivemos.

19 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 71.

20 *Ibidem*, p. 78.

- Quais são as suas obras?

- Manteve a forma republicana federativa com uma energia verdadeiramente republicana. Era um estadista moderno... Quer saber de um ato dêle?

- Quero.

- Você vai ouvir. Como o Marechal precisasse de dinheiro para fazer faces às urgentes despesas que a revolta acarretava, mandou que o Tribunal de Contas registrasse um crédito de que ele tinha necessidade. O presidente do Tribunal negou-se formalmente a dar a sua assinatura ao tal pedido, por não estar de acordo com as leis. O ministro da Fazenda, ao saber dessa resolução, foi comunicá-la imediatamente ao Marechal. Floriano não gostou; mas, sorridente, pediu ao ministro que conseguisse do presidente do Tribunal ir ter com ele uma conferência. Na manhã seguinte, muito cedo, estava no Itamarati o presidente do Tribunal de Contas. Floriano recebeu-o muito amável e mostrou a situação do govêrno e a urgente necessidade que havia de tal crédito. O presidente, inabalável, disse que não assinava o pedido, pois era ilegal, inconstitucional, que era isto, que era aquilo. Floriano ouviu tudo muito calmo e, em meio ao discurso do presidente, bateu na testa e perguntou: O senhor é o doutor fulano? Sim senhor, respondeu o presidente. - Ora, doutor, queira me desculpar. Esta minha cabeça anda cheia de atrapalhões!... Não era com o senhor que eu queria falar, era com o seu sucessor. - Como? Perguntou surpreso o ministro do Tribunal. - É verdade, doutor; o senhor está aposentado desde ontem. E assim foi. Nesta mesma tarde, com data do dia anterior, era publicado um decreto que declarava aposentado o presidente recalcitrante. Era assim Floriano! Isso é que é um estadista, Bogóloff!²¹

Boris Fausto assim apresentou o segundo presidente do Brasil:

O Marechal encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo, no Exército e na mocidade das escolas civis e militares.²²

Obviamente, esta ótica desagradou à oligarquia cafeicultora, pregadora de uma política descentralizada. Todavia, para preservar a República de alguns riscos (alguns reais, outros imaginários), Floriano fez um acordo com o Partido Republicano Paulista, explicitando uma relação de

21 Ibidem, pp. 198-199.

22 Boris Fausto, *História do Brasil*, 10. ed., São Paulo, Edusp, 2002, p. 254.

mútua dependência. Apesar de sua personalidade centralizadora e despótica, embora carismática, com esse acordo o presidente conseguiu permanecer no governo do Brasil. No período de seu governo, segundo Edgar Carone, Floriano precisou enfrentar outros problemas, como “as manifestações pequeno-burguesas [que] passam do plano das cúpulas políticas para manifestações de rua”, começando, inclusive, a serem realizadas por militares.²³

Lima Barreto destacou também outro importante segmento da sociedade brasileira da época, os militares-políticos. Desde o Segundo Reinado, mais precisamente após a Guerra do Paraguai, o Exército desenvolveu a mística de “salvador da pátria”, querendo ser comparado ao próprio povo, e considerado a única entidade capaz de garantir a ordem e a paz social. É esse o panorama apresentado por Lima Barreto:

Há, porém, entre os militares, uma corrente mais forte que a daqueles que querem um Exército adestrado, automático, garboso e eficiente; é a dos políticos. Não que êles sejam eleitores ou deputados; o que eles são é crentes nas virtudes excepcionais da farda para o govêrno e para a administração. A farda, a longa e pesada tradição que representa e evoca, promete muito a todos que a vestem; e os militares não pesam os meios de que dispõem para realizar êsse muito que lhes é prometido. Para êles, o uniforme dá qualidades especiais; todos são honestos, todos são clarividentes; todos são enérgicos.²⁴

Carvalho define a ditadura republicana como quando “o todo é mais do que a soma dos indivíduos que o formam, podendo por isso ditar o que seja a verdadeira vontade destes.”²⁵ Lima Barreto apresentou um momento em que esse conceito aparentemente contraditório, era vivenciado pela população com apreensão e angústia. A revolta ocorrida no Rio Grande do Sul, em 1893, deixou marcas profundas no imaginário popular, horrorizando os filhos, enlouquecendo as mães, submetendo o país a um clima de “liberdade conciliada com a ditadura”.²⁶

23 Edgar Carone, *A República Velha*, 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand, 1988, p. 180.

24 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 170.

25 Carvalho, *Os bestializados*.

26 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 78.

E o povo?

A sensibilidade de Lima Barreto não permitiu que ele deixasse de mencionar as difíceis condições de vida da população pobre do Rio de Janeiro. Os cortiços apareceram na narrativa, como um lugar ocupado, majoritariamente, pela “população de côr”, vivendo dos pequenos empregos.²⁷ Essas pessoas, pelas grandes dificuldades de transporte, procuravam morar perto do local de trabalho. Com a chegada dos imigrantes italianos, essas “habitações” passaram a ser ainda mais disputadas. Foi em um cortiço que o estrangeiro Bogóloff encontrou abrigo ao chegar ao país, cheio de sonhos e planos de melhorar de vida, como todos os outros imigrantes que vieram trabalhar no Brasil, com as promessas de terra, trabalho e comida.

Esta situação da massa trabalhadora no Rio de Janeiro do início do século XX é muito bem trabalhada por Sidney Chalhoub, no livro *Trabalho, Lar e Botequim*. Num momento de transformações na estrutura demográfica, econômica e social, crescimento populacional, migração de ex-escravos da zona rural para a urbana, intensificação da imigração, transição das relações sociais do tipo senhorial-escravista para o tipo capitalista, transformação do homem livre em trabalhador assalariado, construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias, o projeto de modernização da capital da República traz uma série de conseqüências para a população mais pobre: problemas acerca de moradia, elaboração do conceito de vadiagem (aplicável sobretudo aos negros), modificação dos costumes das classes populares, entre outros pontos tratados no livro.²⁸

A opinião de um estrangeiro acerca do Brasil sempre importou muito. Lima Barreto insinua na obra que o Tesouro brasileiro pagava viajantes para escrever que no Brasil não havia mais “nem febre amarela nem pretos”.²⁹

27 Em outra obra, Lima Barreto fez uma descrição ainda mais aprofundada sobre as casas da população mais pobre: “Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.” Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, 23. ed., São Paulo, Ática, 2004, pp. 83-84.

28 Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque*, 2. ed., Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

29 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 168.

Houve sempre quem se zangasse com os estrangeiros que perguntavam lá nas suas terras, se aqui, nós andávamos vestidos; e concluísse daí a lamentável ignorância dos povos europeus. Essa irritação trouxe aos nossos dirigentes, diplomatas e gente do mesmo feitio de espírito, a necessidade de pensar em medidas que levassem os franceses a ter uma mais decente reputação de nós mesmos. (...) Outra fonte de irritação para êsses espíritos diplomáticos estava nos pretos. (...) Dizer um viajante que vira pretos, dizer que o Brasil tinha uma grande população de côr, eram causas para zangas fortes e tirar o sono a estadistas aclamados.³⁰

Completando este raciocínio, Lima Barreto mostra que essa espécie de tratamento é uma ofensa aos negros, que são parte desta sociedade, “compatriotas”, também componentes dessa nação.

Para alguns personagens do livro, o “povo” não fazia parte da nação, era um peso a ser carregado pelos verdadeiros heróis - os que fazem as leis e os que vão para as Guerras. Havia até mesmo a idéia de que era mister fazer com que este povo acreditasse precisar de um “Messias” que o guiasse, ou melhor: são as necessidades do povo que garantem a permanência de uma hierarquia saudável à República. Em relação a esse tema José Murilo de Carvalho também faz uma discussão, mostrando como foram forjados símbolos da nacionalidade republicana para consolidar um regime político que não havia despertado muito entusiasmo na maioria esmagadora da população.³¹

As tocaias, Lucrecio e o interior

No universo de *Numa e a Ninfa*, influência política garantia impunidade. Foi comum tecer armadilhas contra adversários políticos para realizar as eleições menos democráticas possíveis, principalmente no interior do país, onde a fiscalização era precária e comumente feita pelos próprios candidatos que não se faziam de rogados ao adulterarem com freqüência o resultado dos votos, sem nenhuma espécie de empecilho.

30 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 167.

31 José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

O Coronel Liberato, chefe político da região do Cambuci, “estava habituado a vencer ou simular vencer, sem protesto, as eleições.” (p. 194). Com a proximidade da eleição de vereadores, o Coronel percebeu que seu apoio político havia esmorecido apesar das constantes ameaças aos opositores. O velho chefe armou uma emboscada para, no dia da eleição, ferir e matar os eleitores dos adversários, o que se efetivou. A polícia nada apurou.

Sobre o fenômeno do coronelismo, Edgar Carone o define como “Uma das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo”; em decorrência da ausência efetiva do Estado em localidades mais distantes, desenvolvem-se agrupamentos sociais e políticos autônomos, ganhando poder, inclusive, de barganha. Agindo como “chefe de clã”, “juiz”, “comerciante”, “agricultor”, “homem de fé”, “hospitaleiro”,³² o coronel conseguia tecer ao seu redor e em seu benefício uma teia de relações que envolvia todos os segmentos da sociedade. Como mais um instrumento de coerção, contava com os “capangas”, retratados por Lima Barreto na figura de Lucrécio Barba-de-Bode.

Foi o mulato Lucrécio a personificação do “agente político que garantia a paz nas eleições”.³³ Ex-carpinteiro que buscava ascender socialmente de maneira fácil, encontrou na política um meio de realizar seus intentos. Acabou tornando-se um capanga. Servindo aos interesses de políticos influentes, Lucrécio desfrutava de certa “imunidade” para cometer os seus delitos impunemente. E, como era “coisa comum naqueles dias dar tiros de revólver pelas ruas [e] a polícia nada apurava”,³⁴ Lucrécio acabou cometendo um crime; quando foi acusado:

a polícia pôs-se em campo e afirmou que não era possível que êle tivesse feito semelhante cousa, a não ser com os pés, pois não tinha as mãos. Barba-de-bode apareceu durante alguns dias com os braços dentro do casaco pedindo, nos botequins, que lhe levassem a bebida aos lábios.³⁵

32 Carone, *A República Velha*, pp. 252-254.

33 C. H. Gileno, “Numa e a Ninfa: dilemas e impasses da formação da sociedade republicana”, *Perspectivas*, 26 (2003), pp. 125-136, disponível em http://www.flcar.unesp.br/perspectivas/vol_26_gileno.pdf, acesso em 01/03/2008.

34 Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 244.

35 *Ibidem*, p. 245.

Sem ouvir os apelos insistentes de sua mulher e de sua irmã para que largasse aquela vida, Barba-de-Bode acreditava que algum dia chegaria a sua vez de ter um lugarzinho no funcionalismo público. Até mesmo para as futuras gerações Lucrecio não via outra alternativa senão a dependência de alguém “superior”. Lamentava ser este também o destino de seu filho.

O universo político no interior do Rio de Janeiro também foi retratado por Lima Barreto. O destaque é o Coronel Contreiras, Governador do Estado das Palmeiras. Com uma política muito peculiar,

dividiu o Estado em vários distritos agrícolas, à frente dos quais pôs um inspetor e meia dúzia de auxiliares; todos gente sua, que se encarregavam de esbordoar aqueles que demonstravam de qualquer modo não concordarem com o ‘salvador’.³⁶

Outro aspecto interessante nesse Estado é a atividade da “Câmara dos representantes”, a Assembléia local. Era o próprio governador quem “presidia” as sessões, privilegiando seus aliados e defraudando aqueles que, porventura, quisessem reclamar de algo ou suscitar algum assunto que não fosse de seu agrado. É retratada também na cena, a ausência de boa parte dos “representantes”, que só não se esqueciam de emitir procurações para receber seus “subsídios” a cada mês.

Numa Pompílio de Castro: protagonista?

Finalizando esta breve análise da obra de Lima Barreto, abordarei as principais passagens acerca do “protagonista” Numa Pompílio.

Com o anseio de ganhar prestígio pessoal e sem muito gosto pelos estudos, Numa consegue formar-se bacharel. Retornando à sua cidade natal, completa sua escalada social casando-se com a filha de um influente chefe político local, elegendo-se, por fim, deputado. Segundo Carlos Henrique Gileno:

Nesses termos, o ‘apadrinhamento’ transformou-se em um elemento importante para a reprodução da vida social da elite, tanto no que se refere à prosperidade econômica como aos arranjos políticos. Em Numa e a Ninfa, a ‘prática do

36 Ibidem, p. 250.

apadrinhamento' transparece do seguinte modo: Numa Pompílio de Castro, chefe de polícia apaniguado de políticos importantes, tira vantagens da sua posição para realizar um casamento que convenha às suas pretensões de mobilidade social.³⁷

No início, a atuação de Numa na Câmara é muito apagada; mas, com a oportunidade certa e a ajuda da mulher, consagra-se como um dos mais influentes oradores. Inclusive, o título da obra é uma menção ao Numa Pompílio romano, que contava com os conselhos da Ninfa Egéria. O Numa brasileiro não teria alcançado tamanho sucesso sem sua Ninfa Edgarda, mulher inteligente, bem informada, e voraz leitora.

O livro se encerra com o relato de uma sessão da Câmara dos Deputados, na qual surgem dissidências a respeito da pessoa do General Bentes. Numa, para defender o patrão e a si mesmo, faz um discurso fracassado. Com medo de perder prestígio, enseja fazer um discurso no dia seguinte e, para tanto, pede a ajuda da mulher, capaz, como ele não era, de preparar discursos de grande sucesso. Certa noite, ele descobre que a mulher o traía com o primo Benevenuto, e que, na realidade, era este quem construía os seus pronunciamentos. Todavia, a perspectiva de perder o status de que desfrutava, o faz voltar a seu quarto para dormir tranqüilamente, na certeza de que, na manhã seguinte, o discurso estaria pronto.

A despeito de Numa ser uma figura inconstante, insegura, trapaceira e parasita da inteligência alheia, em toda a leitura, ele parece não conseguir compreender bem o que faz na política; sua maior ambição era ser respeitado, admirado. A vida política foi escolhida como o mecanismo mais prático para conseguir realizar seus planos. Edgarda também não queria ser a esposa de um indivíduo incógnito e desconhecido. Alimentava seu ego ser cumprimentada como a esposa de um nobre deputado; ficava angustiada com a possibilidade de cair do pedestal em que se encontrava, junto com sua família, o que não diminui os seus valor como mulher inteligente e "antenada" que era.

Assim, ficou claro na leitura que o verdadeiro protagonista deste romance é a República Brasileira, com as suas contradições, suas virtudes, seus delitos mais visíveis, seus pecados mais ocultos. Lima Barreto retratou esse período da História brasileira sob muitos ângulos, seja através de

37 Gileno, "Numa e a Ninfa".

personagens ambiciosos como Lucrecio Barba-de-Bode, seja através de um político tão fajuto como Numa Pompílio, seja nos cortiços ou nos palácios, na cidade grande ou no interior, no espaço público ou privado.

Numa e a Ninfa mostra a corrupção na política; a ambição desmedida; a falta de oportunidade e educação para a população mais pobre; a busca, ainda atual, por condições de moradia, saúde, alimentação e emprego mais dignas; a “falta de lei” no interior dos Estados; a violência das eleições, a anti-democracia; a presença militar na administração pública; a falta de perspectiva para um futuro profissional de sucesso fora das abas do governo; enfim, todo um conjunto de elementos que caracterizaram o primeiro período da nossa República, o que só faz confirmar a sensibilidade à flor da pele de Lima Barreto para com as transformações ocorridas à sua volta e seu esforço crítico de observar a realidade de maneira atuante e não passiva.

Obviamente, neste espaço não seria possível fazer uma análise detalhada deste livro de Lima Barreto, ainda que esta idéia seja muito interessante. Meu objetivo é lançar questões que podem ser discutidas e transformadas em outras questões e, assim, enriquecer a historiografia relacionada à literatura dentro da Academia.

Apesar de esta obra ser a menos divulgada dentre as compostas por Lima Barreto, creio não ser, por isso, menos importante ou valiosa. Neste romance, a observação do autor é crítica no ponto certo, movendo os personagens num círculo que acaba por definir o próprio Rio de Janeiro republicano do início do século XX. Sem dúvida, ao mostrar um Estado com todas as suas peculiaridades políticas, econômicas e culturais, Barreto conseguiu fazer uma obra completa.